

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM RETRATOS DE UM DILEMA E SUAS CONTRADIÇÕES

Revisitar a avaliação da aprendizagem é um compromisso ético, na medida em que o tema insiste em permanecer no limbo da compreensão de seu real papel. Dessa vez, pretendemos promover um confronto necessário, que visa colaborar com as reflexões dos colegas professores de Ensino Fundamental, Médio e Superior a respeito da avaliação da aprendizagem e de suas práticas.

Nosso ponto de partida é uma indagação irônica e nada sagrada que será logo esclarecida: será que nosso dilema com relação ao ato de avaliar é uma praga lançada pela "guerra santa" que ocorreu entre os séculos XVI e XVII? Será que julgamos pecado impedir uma ação eficaz que transforme essa avaliação que só constata numa real avaliação que ajuda a promover a aprendizagem? Essas elucubrações são inspiradas e fundamentadas no fato de os primórdios da avaliação como conhecemos (e praticamos) hoje estarem presentes no *Ratio Studiorum*, documento publicado em 1599 e que regulamentava o funcionamento das escolas católicas ao redor do mundo. Esse documento era utilizado pelos colonizadores católicos com o objetivo de orientar a implantação de escolas nas novas terras "descobertas", ou "conquistadas". Lá estão descritas certas atitudes que nos parecem bastante familiares e atuais em nossas escolas. O documento

recomenda, por exemplo, que os professores não permitam que seus alunos consultem colegas ou a pessoa que estiver "tomando conta" da prova. Recomenda também que, sob nenhuma hipótese, prolongue-se o tempo determinado para a prova com o objetivo de que algum aluno termine de responder a alguma questão, e aconselha cuidado para que os alunos não se sentem em carteiras conjugadas no dia da prova, sob pena de o professor não saber quem realmente respondeu e quem copiou a resposta (Meu Deus! A "cola" tem mais de 500 anos!).

Nesse mesmo período, os povos protestantes marcaram presença na literatura educacional, em 1632, com a publicação da *Didática magna de Comenius* (bispo protestante da antiga Moravia, atual República Tcheca), que, a despeito de contribuições importantes para a ação docente, nos aconselhava, por exemplo, a avisar aos alunos que nossas provas eram "pra valer", reforçando a imagem da avaliação como principal momento da escola e que tudo que fosse visto em aula estava passível de "cair na prova". Esse "lembrete", segundo Comenius, faria com que os alunos levassem a prova a sério, prestassem atenção às aulas e estudassem bastante. Atire a primeira pedra o professor que nunca usou uma dessas expressões ou que nunca tenha ouvido tais expressões de algum docente ao longo de sua vida.

É necessário que alinhemos algumas percepções a respeito do assunto. Vamos nos referir à avaliação como processo de investigação contínua que auxilia o alcance dos objetivos traçados, possibilitando intervenções também contínuas na aprendizagem do aluno. Todo adjetivo relacionado à avaliação somente será usado no caso do desvio dessa ideia. Mas vamos pensar um pouco sobre esse conceito. Por que investigação contínua? Porque a avaliação não pode ser dissociada do processo de aprendizagem, e este é contínuo. Por que intervenções con-

tínuas? Porque, ao investigar e perceber falhas no processo de aprendizagem, precisamos agir imediatamente, ou poderemos ter maiores dificuldades adiante. Nesse ponto, podemos pensar a avaliação em outros contextos que não o da aprendizagem. Imaginemos, por exemplo, um ato de sedução: aproximamo-nos de uma pessoa atraente e começamos uma conversa. Conforme falamos e agimos, vamos observando a reação da pessoa e, de acordo com as reações, seguimos na estratégia ou mudamos de atitude. Se um sorriso vem como resposta, isso nos diz: "Estou agradando. Este é o caminho". Uma resposta ácida ou uma sequência de monossílabos nos informa de que é prudente mudarmos a tática. Imaginemos alguém que segue em sua conversa e aproximações, mesmo percebendo respostas não desejáveis. Parece-nos inconcebível, pelo menos para os padrões aceitáveis de bom senso. Pois passemos-nos! Fazendo-se a devida "transposição didática", é o que ocorre em grande parte de nossas salas de aula. Professores percebendo respostas não desejáveis, ignorando-as e insistindo na mesma estratégia de paquera ainda assim. Essa atitude nos permite questionar se estão realmente interessados em "conquistar" os alunos. Avaliação é processo que subsidia o alcance dos objetivos e não o fracasso. É assim em todas as áreas em que a avaliação é empregada. Um médico avalia o paciente com o intuito de detectar sintomas de mau funcionamento orgânico e corrigi-los. As empresas avaliam seus funcionários como estratégia para gerar treinamentos e corrigir as não conformidades. Parece-nos que só na avaliação da aprendizagem escolar essa relação entre avaliação e compromisso com o sucesso não fica clara.



materialparaisoc.com

A simples constatação (a que a escola insiste em chamar de avaliação) é uma situação estanque, em que o aluno "interrompe" seu processo de aprendizagem para mostrar o que aprendeu. É pontual. Apenas uma fotografia do que se sabe no momento, sem nenhum compromisso com o processo que gera a aprendizagem. Passado e futuro são ignorados nesse processo. O que vale é o presente formatado para constatar o que se sabe aqui e agora. A cena de um aluno que, um minuto após entregar a prova, sem ter saído ainda da sala, diz ao professor que percebeu que fez bobagem numa questão e pede para revê-la, e da resposta coerente do professor, concordando e devolvendo a avaliação a esse aluno, nos faz pensar na porcentagem de salas de aula em que essa cena, de fato, ocorreria. Talvez isso exemplifique o caráter estanque da constatação, além de ratificar a absurda oposição entre avaliar e aprender que povoa a convicção de muitos docentes.

Outra característica desse processo é a classificação. A separação dos que aprenderam dos que não aprenderam, ou seja, o sucesso e o fracasso. Desse modo, a avaliação que só constata é excludente, pois não assume nenhum compromisso com o vir-a-saber do aluno. A real avaliação não é uma fotografia, é um filme. Leva em conta o passado, o presente e o futuro. Não se preocupa em classificar sucessos e fracassos, mas em diagnosticar para agir no sentido de que se obtenha somente sucesso. Desse modo, a real avaliação é inclusiva. Ela inclui os que ainda não sabem sob o compromisso de que venham a saber. Ela se apresenta como elemento de autoavaliação da ação docente, na medida em que parametriza a efetividade do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação é composta de três etapas fundamentais: a constatação de uma situação, a reflexão sobre o que se constatou e a ação necessária para adequar o que se constatou ao que se deseja. Costumamos dizer que toda avaliação precisa terminar em ação, exatamente como a estrutura da palavra, e essa ação precisa estar comprometida com o sucesso do avaliado. Apenas constatar o que os alunos aprenderam só faz sentido em situações de seleção, como vestibulares e concursos, em que o principal objetivo é excluir quem não tem um desempenho desejado. A justificativa muito frequentemente ouvida de que a avaliação escolar deve se parecer com esse modelo de exclusão no sentido de preparar os alunos para a vida não encontra sustentação no bom senso. A escola deve promover o máximo possível de aprendizagens para que, ao se submeter a processos de seleção na vida, os alunos tenham as melhores condições de aprovação; nesse sentido, a prática da seleção no interior da escola pode ser útil, no máximo, como uma simulação preparatória para a realidade, jamais como modo de avaliar. Constatar o que os estudantes sabem e o que não sabem, refletir sobre o porquê de alguns não terem aprendido e agir no sentido que aprendam.

Quebrar a lógica da avaliação é quebrar a lógica excludente, o que exige alto nível de comprometimento social do professor. Os estragos causados por essa avaliação que exclui são muito bem pontuados por Vasconcellos, que destaca cinco principais consequências: do ponto de vista estritamente pedagógico, a avaliação considerada apenas como constatação provoca a não aprendizagem, porque o aluno fica mais preocupado em tirar nota do que em aprender; do ponto de vista psicológico, os estragos são enormes. Só para citar um exemplo bem concreto, existe criança que passa a ter mais prazer em ver o coleguinha ir mal do que em se sair bem; do ponto de vista econômico, o dinheiro gasto com reprovações e evasões poderia ser aplicado na educação de crianças que estão fora da escola; e um efeito político é o fato de esse tipo de avaliação acabar levando o sujeito a uma posição de passividade – o “pacato cidadão”. (VASCONCELLOS, 2001).

Uma real avaliação deve conter em si três princípios essenciais: 1) deve provocar a ação docente. Os resultados são indicativos de necessidades de correção de rota, logo, uma real avaliação deveria ser, necessariamente, seguida de replanejamento; 2) deve estar sempre a serviço do sucesso. O ato de avaliar é o ato de subsidiar o alcance de resultados desejados, logo, avaliar é mobilizar-se para garantir o alcance dos objetivos; e 3) deve estar comprometida com a ética. A avaliação tem que estar comprometida com a aprendizagem de todos. Não podemos achar normal que alguns alunos não aprendam. O compromisso ético da avaliação configura-se a partir dessa premissa. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/1996, deixa clara a necessidade de nos comprometermos com uma avaliação mais qualitativa do que quantitativa, o que traduz uma preocupação crescente em aliarmos cada vez mais o ato de avaliar ao ato de aprender e incluir e cada vez menos ao ato de classificar e excluir.

Mudar nossa prática avaliativa exige comprometimento com a efetividade de nossa ação profissional enquanto professores e com um modelo social mais justo e inclusivo. Afinal, que sociedade queremos formar? A questão não é subjetiva, como muitos de nós podemos pensar. A questão é legal. Os artigos 3º e 4º de nossa Constituição informam qual é a sociedade que devemos nos empenhar em construir: uma sociedade livre, independente, justa, com prevalência dos direitos humanos. Uma sociedade solidária, pacífica, desenvolvida e sem pobreza ou marginalização. Uma sociedade que promova o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Com certeza, não é praticando uma avaliação excludente que chegaremos lá. O compromisso com a construção dessa sociedade passa pelo nosso compromisso de mudança de nossa prática pedagógica. Como nos lembra Barriga (2003), precisamos nos comprometer com uma prática pedagógica engajada com a inclusão, com a pluralidade, com o respeito às diferenças e com a construção do conhecimento. ◇

REFERÊNCIAS

BARRIGA, Angel Diaz. Uma polêmica em relação ao exame. *In: Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VASCONCELLOS, Celso. Mudar a avaliação. Sem essa de exclusão! Entrevista publicada na revista *Mundo Jovem* de julho de 2001.